

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2011 – NÚMERO 21:

Aos 11 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, Sónia Isabel F. Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram 18 horas e 05 minutos.

O Presidente começou por ler o auto de posse de Vera Fernanda Agostinho Matias como Vereadora da Câmara Municipal de Alpiarça, em substituição do falecido Vereador Mário Peixinho. Imediatamente após o acto de tomada de posse, a Vereadora entregou um pedido de suspensão de mandato, evocando razões pessoais. O Presidente propôs ao plenário que as razões que motivam este pedido de suspensão de mandato fossem apreciadas de imediato, passando a constituir o primeiro ponto da ordem do dia. A proposta foi aceite pelo plenário. Reconhecendo que esta tomada de posição é um direito que assiste à eleita e que não constitui violação legal, aspecto corroborado pelos restantes membros do executivo, o Presidente chamou para ocupar o seu lugar o cidadão que se lhe seguia nas listas eleitorais da CDU, João Pedro da Costa Arraiolos. O eleito foi convidado a juntar-se à Mesa a fim de, com efeitos imediatos, assumir o cargo de Vereador em regime de permanência da Câmara Municipal de Alpiarça, devendo para o efeito ser elaborado o despacho de atribuição de pelouros. Posto o que o Presidente deu as boas vindas ao novo Vereador em nome do Executivo.

A Vereadora Sónia Sanfona deu também as boas vindas e desejou as maiores felicidades ao novo Vereador em seu nome e em nome da Vereadora Regina Ferreira.

O Vereador João Pedro Arraiolos agradeceu as palavras do Presidente e da Vereadora Sónia Sanfona, acrescentando que assumirá as novas funções com sentido de responsabilidade e que gostaria de ter assumido estas funções noutras circunstâncias que não fossem as decorrentes do falecimento de um Vereador desta Câmara, pessoa de quem era amigo.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário da tesouraria do dia 10 de Novembro de 2011.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara leu em seguida, em nome do Executivo, um voto de pesar (apenso a esta acta) pelo falecimento do Vereador Mário Peixinho.

A Vereadora Sónia Sanfona apresentou também, em nome das vereadoras do PS, um outro voto de pesar (apenso a esta acta) pelo falecimento do Vereador Mário Peixinho.

Votados separadamente, ambos os votos de pesar foram aprovados por unanimidade.

O Presidente propôs ainda que se fizesse um minuto de silêncio em memória do Vereador Mário Peixinho.

ACTAS

Procedeu-se à apreciação e votação da acta nº 18, da reunião de 27 de Setembro de 2011. Com as alterações sugeridas pela Vereadora Regina Ferreira e pelo Presidente, a acta foi aprovada por maioria com duas abstenções dos vereadores João Pedro Arraiolos e Sónia Sanfona, que se abstiveram porque não estiveram presentes na reunião.

Passou-se em seguida para a ronda de perguntas ao Executivo, com intervenção da Vereadora Sónia Sanfona perguntando pelo Plano de Actividades da Casa dos Patudos, assunto que já abordara na última reunião e que estaria então em análise, pelo que a Vereadora pergunta se o Presidente já estaria em condições para falar do assunto.

A Vereadora Regina Ferreira começou por pedir um ponto de situação em relação ao problema das inundações na zona da Guarita e do monte de terra que lá tinha ficado depois de uma intervenção da Câmara, assunto que já tinha sido abordado na última reunião. Perguntou também por novidades relativamente às obras de substituição do telheiro da Escola E.B. 2, 3/S e no que respeita aos eventuais projectos de desenvolvimento turístico da zona da barragem decorrentes do estudo que tinha sido encomendado a uma empresa especialista em turismo.

O Presidente passou a responder às questões, começando por explicar que dada a proximidade da discussão do Plano de Actividades e do Orçamento da Autarquia para o ano de 2012, adiará a discussão do plano de actividades da Casa dos Patudos para essa altura, sendo que faria chegar às vereadoras o plano de actividades respeitante ao corrente ano de 2011, adiantando desde já a confirmação da presença do Secretário de Estado da Cultura na cerimónia oficial da reabertura do Museu dos Patudos no próximo dia 9 de Dezembro.

Quanto ao telheiro, o Presidente explicou que tem insistido com alguma frequência na marcação de uma reunião com a Direcção Regional de Educação, mas que não tem obtido resposta.

Já quanto ao estudo para o desenvolvimento turístico da Quinta dos Patudos, o Presidente explicou que a empresa responsável já entregou um primeiro relatório com algumas propostas, faltando agora uma última componente que tem que ver com a viabilidade económica para as propostas que foram apresentadas. O Presidente pensava trazer o assunto à reunião de Câmara e colocá-lo para discussão pública aquando da entrega final do estudo por parte da empresa. Entretanto adiantou que uma das propostas entregues pela empresa contratada para o efeito passava pela criação, através de lançamento de concurso, de um parque temático na zona da barragem, aproveitando as potencialidades das infra-estruturas já existentes e das condições naturais do local.

Quanto à situação na zona da Guarita, o Vereador Carlos Pereira informou que foi inteirar-se do problema e reconheceu que havia ainda no local algum material para recolher depois de uma intervenção de beneficiação que a Câmara lá tinha executado. O material será retirado na próxima semana, assim que a retroescavadora e o funcionário qualificado para a operar fiquem disponíveis. O Vereador acrescentou, a título de informação, que já se começou a proceder à limpeza das valinhas em várias zonas rurais.

A Vereadora Regina Ferreira mencionou ainda o convite do Executivo Municipal endereçado à Concelhia do PS para fazer chegar uma proposta de Plano de Actividades e Orçamento e lembrou a intervenção do deputado João de Brito na Assembleia Municipal no sentido de a Câmara enviar aos partidos alguns tópicos prévios do orçamento, a fim de que os partidos políticos possam conceber propostas que melhor se adequem à realidade do Município. A Vereadora perguntou por isso se a Câmara estava a ponderar dar uma resposta ao deputado, uma vez que se assim fosse o PS também esperaria algum tempo até apresentar as suas propostas.

A Vereadora evocou ainda o questionário que estaria a decorrer no site da Câmara, e que teria sido distribuído aos deputados municipais numa sessão da Assembleia Municipal, com o intuito de aferir o grau de formação da população de Alpiarça. A Vereadora perguntou se se conhecia os resultados dessa auscultação e se esses dados foram tratados.

Relativamente ao plano de actividades, o Presidente lembrou que a data limite para a entrega das propostas terminava no dia da presente reunião e que na altura da Assembleia Municipal não se tinha comprometido com o pedido do deputado João de Brito, até porque não percebeu exactamente o que é que este pretendia. Quanto às linhas de acção do Executivo, o Presidente considera que elas são conhecidas e seguem mais ou menos as ideias expostas quer nos programas eleitorais, quer nas próprias intervenções públicas dos membros do executivo, pelo que será expectável que as forças de oposição conheçam minimamente as intenções que estão subjacentes à elaboração do Plano de Actividades. Em todo o caso, o Presidente afirmou poder fazer chegar aos diferentes partidos um documento que trace as linhas essenciais de governação do Executivo, embora se coloque o problema da escassez de tempo, dado que o Presidente esperava ter o Orçamento e as Grandes Opções do Plano preparados até ao final da semana que vem. O Presidente não se compromete portanto com uma grande dilatação do prazo de entrega das propostas orçamentais por parte das forças políticas na oposição.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou entender a proposta do deputado João de Brito mais no sentido das Grandes Opções do Plano do que no Orçamento. Entende que se o Executivo fizesse chegar, em traços gerais, à oposição as suas grandes linhas orientadoras, seria mais fácil para a oposição conceber propostas construtivas que pudessem constituir uma mais-valia no Plano de Actividades do Município.

O Presidente acrescentou que sempre entendeu esta oportunidade de a oposição apresentar as suas propostas orçamentais como pretexto para essas forças políticas espelharem a sua própria opção governamental indo ao encontro dos seus próprios planos eleitorais e apresentando por isso uma via de governação alternativa. No entanto, comprometeu-se em tentar reunir os dados mais importantes logo no início da próxima semana a fim de os enviar às forças políticas do Concelho e estender o prazo de entrega das propostas, embora não por muito tempo dada a urgência do processo.

A Vereadora Sónia Sanfona aproveitou ainda para colocar outra questão ao Executivo. Lembrou que o Orçamento de Estado que deverá ser aprovado em breve prevê a supressão do pagamento dos subsídios de férias e do Natal aos trabalhadores, sendo que esse dinheiro, no caso das Autarquias, deverá servir para pagar dívida a fornecedores ou para outro tipo de consolidação orçamental. A Vereadora perguntou, tendo em conta que a Autarquia de Alpiarça tem um plano de saneamento financeiro em curso que prevê o pagamento das dívidas a fornecedores que estavam pendentes, o que o Executivo pensa fazer com o dinheiro que deverá receber provindo dessa nova disposição orçamental.

O Presidente explicou que os dados de que dispõe apontam para a afectação obrigatória dessa verba relativa aos subsídios à consolidação orçamental. Tratando-se pois de uma disposição obrigatória, não sobra ao Executivo muita margem de manobra. Por outro lado, caso se verifique a existência de margem de manobra, então

o Presidente não tem a mínima dúvida de que o justo será fazer reverter esse dinheiro aos funcionários através do pagamento dos subsídios que agora se suprimem.

Relativamente à auscultação para aferir o nível de formação da população, questionário da responsabilidade da A.I.D.I.A. e de uma empresa de formação que pretendia fazer o levantamento das necessidades de formação dos alpiarçenses, o Presidente explicou que o contributo da Câmara deu-se ao nível da permissão da colocação do questionário nos Paços do Município e, virtualmente, no site da Autarquia. De resto, não cabia à Câmara fazer a análise dos resultados, pelo que o Presidente não tem conhecimento dos dados apurados. Comprometeu-se por isso em tentar conhecer o andamento dessa questão.

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

VÁRIOS:

- Câmara Municipal da Chamusca – Apresentação de condolências pelo falecimento do Vereador Mário Peixinho.

Deu-se conhecimento. O Presidente acrescentou que para além dos votos de pesar apresentados formalmente e dos quais se dará conhecimento nesta reunião, foram ainda apresentados informalmente muitas outras condolências por parte de outras entidades e empresas.

- Águas do Ribatejo – Apresentação de condolências pelo falecimento do Vereador Mário Peixinho.

Deu-se conhecimento.

- Agrupamento de Escolas de José Relvas – Alpiarça – Apresentação de Voto de Pesar pelo falecimento do Vereador Mário Peixinho.

Deu-se conhecimento.

- AgroAlpiarça – Informação sobre o procedimento da apanha da azeitona no olival do Tanxoal.

Deu-se conhecimento.

- Município de Alpiarça – Gabinete Jurídico – Parecer/Informação – Sociedade Refinabusca (Recolha, triagem, compactamento e comercialização de resíduos não perigosos).

Deu-se conhecimento.

- Município de Alpiarça – Gabinete de Acção Social – INF. INT. Nº 112/GAS/2011 – Acção Social Escolar – Auxílios económicos.

Deliberado por unanimidade ratificar a autorização dada pelo Presidente da Câmara.

- Município de Alpiarça – Gabinete de Acção Social – INF. INT. Nº 116/AS/2011 – Protocolo de Cooperação CRIAL.

Deliberado por unanimidade aprovar a prorrogação deste protocolo.

- Modificação às GOP's – Alteração Nº 14.

Deu-se conhecimento.

- Modificação ao Orçamento – Alteração Nº 16.

Deu-se conhecimento.

- Proposta – Proposta para celebração de acordo de cedência de imóvel (Rua José Relvas – criação de zona de estacionamento).

O Presidente explicou tratar-se de um acordo como aquele que se celebrou para a constituição de uma zona de parque de estacionamento junto ao Banco Comercial

Português, mas agora em terrenos pertencentes ao Partido Comunista Português e ao Município Isidro António Coelho Cardeta. Com este acordo a Câmara assume a responsabilidade pela criação das condições necessárias à utilização do espaço como parque de estacionamento, e os proprietários comprometem-se em ceder os terrenos gratuitamente num prazo de 5 anos.

A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se estes terrenos têm alguma construção. O Eng.º José Portugal respondeu afirmativamente no caso de um dos terrenos, que tem uma construção em ruína.

A Vereadora Sónia Sanfona lembrou que este problema do estacionamento na rua José Relvas há muito vem sendo discutido. Reconheceu que para fazer face a este problema houve a preocupação dos últimos Executivos de criar algumas pequenas bolsas de estacionamento. Dentre esses locais de estacionamento a Vereadora salientou o parque subterrâneo e lembrou as considerações que alguns deputados proferiram na última Assembleia sobre a utilização dessa infra-estrutura, que, segundo consta, costuma ter uma utilização praticamente residual. Assim sendo, a Vereadora atreveu-se a dizer que na verdade não há falta de opções de estacionamento na Rua José Relvas, e muito menos numa zona que já fica bem fora do centro da vila como é o caso da zona que agora se propõe para criação de parque de estacionamento, dado que se no coração da vila existe um parque subterrâneo que está constantemente vazio, mais premente será esse esvaziamento no local em análise. A Vereadora coloca assim em questão a necessidade de se fazerem outras bolsas de estacionamento quando nem sequer se esgotou a oferta que existe. Para além disso, a Vereadora perguntou se a intenção da Câmara seria dotar aqueles espaços do mesmo equipamento que dotou o parque de estacionamento fronteiro ao Café dos Arcos. Porque a ser essa a intenção será muito difícil aos proprietários dos terrenos, findo o acordo, retirarem o pavimento, pelo que obrigatoriamente se terá de passar para um contrato de arrendamento dos terrenos a fim de continuar a exploração dos mesmos como parque de estacionamento. Por outro lado, se a intenção não é dotar os espaços das condições devidas, a leitura que a Vereadora faz deste acordo é que a Câmara irá proceder gratuitamente à limpeza dos terrenos, quando essa limpeza seria competência dos proprietários, e tudo para sob a capa de supostamente resolver um problema de estacionamento na Rua José Relvas, problema que afinal não existe, e a existir, não será com certeza num local já afastado do centro da vila onde nem sequer há comércio ou outra actividade que justifique este acordo.

A Vereadora Regina Ferreira reiterou as palavras da Vereadora Sónia Sanfona, acrescentando que considera esta proposta incoerente, lembrando a intervenção na Assembleia Municipal de uma deputada eleita pela CDU que perguntava qual era a mais-valia do parque subterrâneo para os alpiarcenses, uma vez que está constantemente vazio. Não se vê, pois, que mais-valia trará este acordo, sobretudo tratando-se de uma zona pouco frequentada. Entende a Vereadora que a preocupação com o estacionamento devia considerar outros locais onde o problema é mais premente, apelidando este protocolo como um protocolo de mordomias para com os proprietários, até porque a vereadora sabe que estes proprietários foram por várias vezes notificados para procederem à limpeza dos terrenos e nunca o fizeram.

O Presidente conclui das intervenções das vereadoras que o problema é existir um terreno que é propriedade do PCP, dado que o mesmo problema nunca se pôs noutras situações idênticas, como foi o caso do terreno junto ao BCP, no qual a Câmara

procedeu aos trabalhos de limpeza e construção de infra-estruturas em troca de cedência do terreno por parte do proprietário, num contrato que envolveu um montante financeiro mais elevado do que aqueles que envolvem o acordo que agora se discute. Relativamente ao parque subterrâneo, o Presidente afirmou considerar que as pessoas não estacionam nesse local não porque não haja necessidades de estacionamento mas porque o parque tem grandes debilidades ao nível da segurança, o que leva a que os alpiarçenses não utilizem essa infra-estrutura. Quanto à necessidade de criar estacionamento no local que agora se propõe, o Presidente considera que faz todo o sentido, nesse e noutros, como é o caso do espaço junto à praça de táxis, no qual a Câmara queria criar condições de estacionamento e só o não faz porque o proprietário não está interessado num acordo deste género. Para além da criação de bolsas de estacionamento, está também em causa a melhoria da imagem urbanística, intenção que está subjacente a este acordo e a outros que a Câmara pensa fazer com vista a melhorar o espaço urbano do Concelho. De resto, este novo estacionamento serve todos os moradores, o movimento associativo com sede na antiga escola Visconde Barroso e dá apoio ao estacionamento da Quinta de S. José, local onde se realizam diversos eventos.

A Vereadora Sónia Sanfona reiterou que a sua questão tem que ver com o interesse e a necessidade deste estacionamento no local onde ele é proposto, e não com a identidade dos proprietários dos terrenos em causa, uma vez que nas proximidades do local não existem serviços públicos, nem comércio, nem locais de lazer que justifiquem, como acontece noutros locais, a necessidade da criação de estacionamento, com os custos que acarretará para a Autarquia a limpeza dos terrenos.

O Presidente afirmou discordar com esta leitura da Vereadora, uma vez que sempre considerou necessário a criação de estacionamento naquele local, não só para servir os moradores, que não têm alternativas, como para dar apoio a outras actividades, como sejam o comércio existente ou a área destinada ao movimento associativo. Por razões que têm que ver com o problema de estacionamento abusivo na rua principal ou a própria imagem urbana da Vila, o Presidente considera que este acordo se justifica perfeitamente e se apresenta como uma mais-valia para o Concelho.

Deliberado por maioria, com dois votos contra das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aprovar a proposta de celebração dos acordos de cedência de imóvel e aprovar as minutas de acordo.

A Vereadora Regina Ferreira fez declaração de voto, explicando que as vereadoras do PS votaram contra esta proposta porque não concordam com a justificação para a construção do parque de estacionamento, nomeadamente pelo facto de se considerar na justificação que se trata de estacionamento num espaço central da Vila, o que não corresponde à leitura que as vereadoras fazem.

- CIMLT – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo – Aquisição de Serviços de Manutenção de Campos de Futebol com Relvado Sintético pela CCE-CIMLT.

Este ponto entrou por lapso na ordem de trabalhos, pelo que o Presidente sugeriu que fosse retirado.

- Proposta – Aquisição de 50 Exemplares do Livro – Caderno Cultural do Melão Manuel António.

Deliberado por unanimidade adquirir 50 exemplares do livro em epígrafe.

DIVISÃO DE OBRAS PLANEAMENTO E URBANISMO

- **Processos de Contra-Ordenação Prescritos – Listagem de Processos com Despachos de 18-10-2011.**

Deu-se conhecimento.

- **Processos de Contra-Ordenação Prescritos – Listagem de Processos com despachos de 26-10-2011.**

Deu-se conhecimento.

- **Município de Alpiarça – Serviço Técnico de Obras – Informação Técnica Nº 128/2011 – Remodelação e Beneficiação do Museu dos Patudos – Casa dos Patudos – 3º e último Adicional ao Contrato.**

Aprovado por unanimidade.

- **Município de Alpiarça – Serviço Técnico de Obras INF. Técnica Nº 134 – A/2011 Operação de Loteamento – Proc.º 4/2010 – Pagamento TRIU e Compensação – Proposta Alternativa de 20/10/2011.**

Aprovado por unanimidade.

- **Município de Alpiarça – Serviço Técnico de Obras INF. INT. Nº 138/2011 – Proc.º Loteamento 9/2007 – Alvará de Loteamento nº 2/2008 – Obras de Urbanização.**

Deliberado retirar o ponto a fim de apurar os valores em causa e retomá-lo na próxima Reunião de Câmara.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- **Município de Alpiarça – Chefe Divisão Administrativa Financeira em Regime de Substituição – INF. INT. Nº 30/11 – Revisão Orçamental Nº 1.**

O Presidente explicou que, tendo a aquisição de uma varredora através do sistema de leasing falhado por falta de interessados, se pretende proceder à aquisição directa da varredora.

Aprovado por unanimidade. Submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.